



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 10783.906110/2015-65  
**Recurso** Embargos  
**Acórdão nº** 3302-007.780 – 3<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 20 de novembro de 2019  
**Embargante** SA CAVALCANTI COSMÉTICOS  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Data do fato gerador: 29/02/2012

EMBARGOS INOMINADOS. ERRO FORMAL.

Merecem ser providos parcialmente os embargos inominados, porém sem efeitos infringentes, uma vez que existe erro formal no acórdão embargado a ser retificado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em acolher os embargos inominados para retificar erro formal a omissão, sem, contudo, imprimir-lhes efeitos infringentes, nos termos do voto do relator.

(documento assinado digitalmente)

Gilson Macedo Rosenburg Filho - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Corintho Oliveira Machado – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Corintho Oliveira Machado, Walker Araujo, Jorge Lima Abud, Jose Renato Pereira de Deus, Gerson Jose Morgado de Castro, Raphael Madeira Abad, Denise Madalena Green e Gilson Macedo Rosenburg Filho.

**Relatório**

Reporto-me à conclusão do Despacho de Admissibilidade de Embargos, de 12/04/2019, quando da admissão dos aclaratórios pelo Presidente da 2<sup>a</sup> Turma Ordinária / 3<sup>a</sup> Câmara / 3<sup>a</sup> Seção:

Com base nas razões acima expostas, **admito parcialmente os embargos de declaração** interpostos pelo contribuinte, **apenas para que seja retificado o erro material apontado**. O processo será incluído em pauta de julgamento.

No juízo de admissibilidade consta:

Correto o apontamento da recorrente em relação ao período de apuração. À e-folha 4, a **PER/Dcomp informa o Período de Apuração como sendo o dia 29/02/2012**. O acórdão de manifestação de inconformidade confirma essa data.

O acórdão embargado ficou com a seguinte ementa:

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Data do fato gerador: 30/09/2013

**ÔNUS DA PROVA. PRECLUSÃO. RETIFICAÇÃO DE DCTF DESACOMPANHADA DE PROVAS CONTÁBEIS E DOCUMENTAIS QUE SUSTENTEM A ALTERAÇÃO. MOMENTO PROCESSUAL.**

No processo administrativo fiscal o momento legalmente previsto para a juntada dos documentos comprobatórios do direito da Recorrente é o da apresentação da Impugnação ou Manifestação de Inconformidade, salvo as hipóteses legalmente previstas que autorizam a sua apresentação extemporânea, notadamente quando por qualquer razão era impossível que ela fosse produzida no momento adequado.

## **Voto**

Conselheiro Corintho Oliveira Machado, Relator.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, os embargos inominados merecem ser apreciados.

Consoante relatado, aqui se trata apenas de retificar o erro material apontado: em vez de a data do fato gerador ser 30/09/2013, como constou, deve ser 29/02/2012, como informado na PER/Dcomp e manifestação de inconformidade.

Nessa moldura, voto por **prover parcialmente** os embargos inominados, sem efeitos infringentes, para o fim de retificar o acórdão para constar a data de 29/02/2012 como sendo o fato gerador.

(documento assinado digitalmente)

Corintho Oliveira Machado